



Prêmio

Rodrigo Melo Franco de Andrade

para ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro

OLINDA 2006
**1ª Capital
brasileira
da cultura**

Nosso maior patrimônio é a cultura



O Brasil em razão de sua formação histórica e social constituiu ao longo do tempo um rico e expressivo patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial.

Um país se afirma na medida em que, ao reconhecer a importância de sua cultura e de sua memória, se empenha em inventariar, proteger e divulgar seu patrimônio cultural. Nos assenhorearmos dessa memória, conservá-la e cultivá-la é condição fundamental para que nos tornemos a nação que queremos ser.

Preservar o nosso patrimônio cultural é, ainda, uma forma de propiciar aos brasileiros conhecerem melhor o Brasil - tese insistentemente defendida por Mário de Andrade -, bem como é um fator para alicerçar nossa identidade cultural.

Como intuito de valorizar e reconhecer as ações desenvolvidas em favor desse legado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional instituiu em 1987 o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador dessa instituição.

O referido Prêmio compõe-se de sete categorias: Apoio Institucional e/ou Financeiro, Divulgação, Educação Patrimonial, Pesquisa e Inventário de Acervos, Preservação de Bens Móveis e Imóveis, Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico e Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial. As Superintendências Regionais do Iphan analisaram 163 ações e foram pré-selecionados 61 trabalhos pelas Comissões Regionais para a avaliação da Comissão Nacional. Os trabalhos premiados expressam a importância e a gama de ações que são realizadas no âmbito do patrimônio cultural.

Ao celebrarmos o trabalho dos agraciados pelo Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, em sua 19ª edição, estamos simbolicamente reconhecendo o empenho e a dedicação de todas as pessoas e entidades que desenvolvem ações em prol da preservação desse valioso patrimônio material e imaterial, que expressa o modo singular de ser brasileiro.

Gilberto Gil Moreira
Ministro de Estado da Cultura

A edição 2006 do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade apresenta uma ampla diversidade de trabalhos realizados em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

As iniciativas apresentadas não se concentram em locais onde tradicionalmente se exercitam as políticas públicas de patrimônio, aliás, é cada vez mais presentes nas premiações, ações não apenas sob a responsabilidade do poder público, mas, com o protagonismo da sociedade civil.

O processo de seleção dos premiados tornou-se um espaço privilegiado para a percepção das ações patrimoniais, envolvendo desde a Comissão Nacional de Avaliação até as Comissões Regionais, em todo o território brasileiro.

A cerimônia de entrega das premiações é o momento em que o Iphan homenageia e reconhece o esforço e o trabalho que a sociedade brasileira realiza para a preservação do seu patrimônio cultural, e é também a explicitação da necessidade de compartilhamento da responsabilidade de todos para o desenvolvimento cultural do país.

Cumprimento e agradecimento aos vencedores e participantes pela qualidade e importância de suas iniciativas; a comissão organizadora e ao júri pelo desprendimento e dedicação que viabilizaram esta 19ª edição.

Luiz Fernando de Almeida
Presidente do Iphan



O PRÊMIO E SEU CRIADOR

Em 1987, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional criou o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, em reconhecimento a ações de preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro. Foi assim denominado em homenagem ao seu primeiro dirigente. Oferecido anualmente a empresas, instituições e pessoas de todo o país, procura estimular e reconhecer ações de preservação de bens culturais brasileiros.

Rodrigo nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, a 17 de agosto de 1898. Em sua trajetória profissional Rodrigo aproximou-se de Mário de Andrade e dos integrantes do movimento modernista de 1922. Em 1926 tornou-se

atividade principal, deixando em segundo plano a literatura, o jornalismo, a política e a advocacia. A implantação do Serviço do Patrimônio exigiu o cumprimento de diferentes tarefas, como a redação de uma legislação específica, com a introdução da figura do tombamento, e a preparação de técnicos e trabalhos na área.

A ação decisiva de Rodrigo nesse sentido fez com que obtivesse o apoio e a admiração de todos os que com ele conviviam - funcionários, técnicos, especialistas brasileiros e estrangeiros, chefes de repartições e governos, representantes do povo etc. Nos primeiros anos do Serviço do Patrimônio, Rodrigo contou com a colaboração de brasileiros ilustres, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Leão, Luís Jardim, José de Sousa Reis, Lucio Costa, Edgar Jacinto da Silva, Renato Soeiro, Airton Carvalho, Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Drummond de Andrade, Joaquim Cardoso, Gilberto Freire, Alcides da Rocha Miranda, Vinícius de Moraes, Celso Cunha, Arthur César Ferreira Reis, Sérgio Buarque de Holanda e muitos outros.

Formou-se uma equipe com pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, conservadores, restauradores, mestres-de-obra, a quem Rodrigo transmitiu seu entusiasmo e empenho incansável na defesa do patrimônio cultural do país. O trabalho realizado por esses profissionais, sempre sob a meticulosa orientação de Rodrigo, foi enorme e fundamental. Foram realizados inventários, estudos e pesquisas, além de obras de conservação, consolidação e restauração de monumentos; organizou-se um arquivo de documentos e dados colhidos em arquivos públicos e particulares; reuniu-se vários acervos fotográficos e estruturou-se uma biblioteca especializada; pinturas antigas, esculturas e documentos foram recuperados e inúmeros bens protegidos, com a criação de museus regionais e nacionais.

Outra grande preocupação de Rodrigo referia-se à divulgação desse trabalho. Para tanto, criou uma linha editorial dentro da instituição, onde se destaca a Revista do Patrimônio, cujo primeiro número circulou ainda em 1937. O período em que Rodrigo esteve à frente da instituição de proteção ao patrimônio nacional – 1937 a 1967 – conhecido como fase heróica, reflete a realidade do trabalho realizado. Os que o conheceram e com ele trabalharam afirmam que o envolvimento entre a pessoa e o serviço era tão grande, tornando-se impossível entender o Patrimônio sem conhecer e compreender a personalidade e a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

redator-chefe da Revista do Brasil, de Assis Chateaubriand. Sua colaboração estendeu-se a outros jornais e revistas, como o Estado de Minas, A Manhã, Diário da Noite, O Estado de São Paulo, O Cruzeiro, Diário Carioca e Módulo e O Jornal. Paralelamente à sua carreira jornalística, Rodrigo trabalhou no escritório de advocacia de Afrânio e João de Melo Franco.

Em 1936, por indicação de Mário de Andrade e de Manuel Bandeira, foi convidado pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A proteção dos bens patrimoniais do país passou a ser sua



AÇÕES PRÉ-SELECIONADAS EM 2006

Concorreram ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, em sua fase final, 61 ações.

APOIO INSTITUCIONAL E/OU FINANCEIRO

- De Olho no Babaçu, da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão.
- Programa Saberes de Valorização da Cultura Imaterial, da Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE.
- Ações de Preservação de Patrimônio Cultural Brasileiro no Território Mato-Grossense, do Governo do Estado de Mato Grosso.
- Moinho Cultural Sul-Americano, do Instituto Homem Pantaneiro, de Corumbá/MS.

DIVULGAÇÃO

- Resgate da Memória de Júlio Cezar Ribeiro de Souza, de Luiz Carlos Bassalo Crispino, de Belém/PA.
- Rufou o Tambor, da Prefeitura Municipal de São Luís/MA.
- Música do Povo Cariri, da Associação dos Voluntários para o Bem Comum, de Juazeiro do Norte/CE.
- Música no Museu: Divulgação e Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro através da Música, de Sérgio Reis da Costa e Silva, do Rio de Janeiro/RJ.
- Matérias Jornalísticas do Jornal A Tarde, de Mary Weinstein, de Salvador/BA.
- Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, da Secretaria de Estado e Cultura de Sergipe.
- Paraná de Madeira e Igrejas de Madeira do Paraná, de Maria Cristina Wolff de Carvalho e Nego Miranda, de Curitiba/PR.
- Exposição Itinerante Afinalo que é Arqueologia?, do Museu Arqueológico de Sambaqui, de Joinville/SC.
- Grupo Folclórico Zabelê, de Montes Claros/MG.
- Porto que é Porto – Campanha de Valorização do Bairro Berço da Cultura Cuiabana, do Instituto Usina, de Cuiabá/MT.
- Geoglifos: Patrimônio Cultural do Acre, de Alceu Ranzi, de Rio Branco/AC.
- Catálogos dos Marcose Monumentos Históricos de Campo Grande, da Fundação Municipal de Cultura de Campo Grande/MS.
- Movimento pela Construção da Memória Social da Comunidade Campomaioirense, da Fundação de Apoio Cultural do Piauí.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

- Educação Patrimonial: uma questão de cidadania, de Jaqueline Maria de Souza Dias, de Manaus/AM.
- Urublues, de Miguel Takao Chikaoka, de Belém/PA.
- São Luís, Cidade Gostosa de se Amar, de Izabel Mota Costa, de São Luís/MA.
- Projeto Conservatória Meu Amor, de Marluce Reis Magno e Elenice Mendes Lessa, de Valença/RJ.
- Projeto Memorial Pirajá, do Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, de Salvador/BA.
- A Magia do Barco de Fogo na Festa Junina, do Colégio Estadual Senador Walter Franco, de Estância/SE.
- Programa de Educação Patrimonial, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, de São José dos Campos/SP.
- Tocadores na Escola, da Olaria Projetos de Arte e Educação, de Curitiba/PR.
- Laguna: Um Olhar sobre a Cidade, da Fundação Bradesco, de Laguna/SC.
- Um Bonito Dia no Buraco do Diabo, da Prefeitura Municipal de Ivoti/RS.
- Teatro de Sacada, de Maria do Rosário Reis Simões, do Serro/MG.

- Lapa – Laboratório de Estudos sobre Patrimônio, da Unipeç/Departamento de História, de Porto Velho/RO.
- Teatro em Movimento, da Pia Sociedade de Pe. Nicola Mazza, de João Pessoa/PB.

PESQUISA E INVENTÁRIO DE ACERVOS

- Memória, Arte e Criatividade na Fotografia do Santareno Apolônio Alves Pereira Fona: 1897-1938, de Lígia Terezinha Lopes Simonian, de Belém/PA.
- Projeto São Caetano, de Ramiro Teles, Gerson Lima, Alberto Napoleão e Roberto Vieira, de Fortaleza/CE.
- Sursum Corda: a Arquitetura Barroca nos Altares de Pernambuco, de Patrick Oliveira Urias, de Recife/PE.
- Dona Heloisa/Dear Heloisa: Cartas do Campo para Heloisa Alberto Torres, de Mariza Corrêa e Januária Mello, de Campinas/SP.
- Inventário do Patrimônio dos Imigrantes, de Roseana Struck Lunghard, de Pomerode/SC.
- Memória Científica do Padre Roberto Landell de Moura, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre/RS.
- Pesquisa e Inventário da Ponte Eurico Gaspar Dutra, do Pantanal Park Hotel Ltda., de Corumbá/MS.

PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

- Projeto de Restauração da Coleção de Pinturas Telles Junior, do Museu do Estado de Pernambuco.
- A Responsabilidade da Sociedade Civil sobre a Preservação do Patrimônio Histórico, do Núcleo de Cultura de Venâncio Aires/RS.
- Acervo Fotográfico de Geraldo Vieira, da Escola Estadual Madre Maria Blandina, de Araguari/MG.
- Majestic Hotel, do Centro Educacional Brasileiro, de Vitória/ES.

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO

- Proposta de Proteção ao Sítio Natural Arqueológico da Gruta do Batismo/AM, da Ecosistema Consultoria Ambiental, de Curitiba/PR.
- Rio Pericumã, Beleza em Perigo, da Fundação Bradesco, de Pinheiro/MA.
- Decretação do Parque Estadual Acarai, da Associação Movimento Ecológico Carijós, de São Francisco do Sul/SC.

SALVAGUARDA DE BENS DE NATUREZA IMATERIAL

- Livro/CD Caixeiros do Divino Espírito Santo de São Luís do Maranhão, da Associação Cultural Caburé, do Rio de Janeiro/RJ.
- Maracatu Carnavalesco Misto Leão Coroado, de Olinda/PE.
- Recordando, de Paula Beatriz Seibt Thomaz, de Santiago/RS.
- Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da área de Influência da Usina Irapé/MG, da Companhia Energética de Minas Gerais.
- Arquivo Musical Timbira, do Centro de Trabalho Indigenista, de Brasília/DF.
- (Re)bordando o Bico Singeleza, de Josemary Ferrare e Adriana Guimarães, de Maceió/AL.
- Upa A Ne Voty – A Dança das Sete Estrelas, de Naine Terena de Jesus, de Cuiabá/MT.
- Projeto Candeeiro no Folclore, de Agenor Vieira de Abreu, de Teresina/PI.
- Embarcando na Nau Catarineta, de Marcos Ayala, de João Pessoa/PB.
- Instrument'arte Capixaba, de Wander Silva de Oliveira, de Vitória/ES.





OS VENCEDORES DE 2006

Em 2006, as 21 Superintendências Regionais do Iphan analisaram 163 ações, inscritas em todo o país para o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Foram pré-selecionadas 61 ações por meio das Comissões Regionais, das quais setes agraram-se vencedoras por indicação da Comissão Nacional de Avaliação, composta por representantes de 15 instituições.

Nas categorias Divulgação e Educação Patrimonial concorreram 14 ações; Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial, 11; Pesquisa e Inventário de Acervos, 08; Preservação de Bens Móveis Imóveis e Apoio Institucional e/ou Financeiro, 05; e Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico, 04.

CATEGORIA APOIO INSTITUCIONAL E/OU FINANCEIRO

Ações, projetos ou programas que tenham objetivado dar suporte institucional, captar recursos ou dar apoio financeiro à preservação e/ou promoção do patrimônio cultural.

Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, ação desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentada pela 12ª Superintendência Regional do Iphan, com sede na cidade de Porto Alegre/RS.

Preocupada em preservar sua história e sensibilizada com o risco de eventuais perdas do seu patrimônio, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma das mais antigas universidades públicas do Brasil, elaborou o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS e criou a Secretaria do Patrimônio Histórico/SPH, com o objetivo de realizar as atividades de conservação, recuperação e revitalização de seus prédios históricos.

Foram contemplados pelo projeto os 12 prédios em estilo neoclássico que contam a história do núcleo original da UFRGS, do período compreendido entre 1898 e 1928, no qual surgiram as instituições autônomas de ensino superior que viriam a se constituir em pilares básicos da Universidade. Dos 12 prédios históricos, 11 situam-se no centro da cidade de Porto Alegre, no Campus Centro, aos quais se soma um localizado no bairro Agronomia, no Campus do Vale. Os prédios destacam-se no contexto urbano pelo seu caráter arquitetônico e por formar um conjunto harmônico que constrói laços identitários entre a Universidade e a sociedade gaúcha.

Os estudos, projetos e obras da Secretaria do Patrimônio Históricos são executados por equipes interdisciplinares de servidores da UFRGS e especialistas, e contam com a participação ativa de estudantes, o que eleva a SPH à condição de laboratório de pesquisa e valorização patrimonial. Entre os benefícios que o projeto proporciona à comunidade, de forma ampla, estão incluídos o estímulo à cidadania, a preservação da cultura e da história regional e nacional, além da criação da consciência sobre o valor histórico e artístico das edificações.

A campanha de recuperação dos prédios históricos da universidade tem tido divulgação contínua desde a sua criação, há

sete anos. Para tanto, são utilizados os meios de comunicação da própria universidade – rádio e televisão – espaços doados por mídias locais, página na internet, banners institucionais, material gráfico, mensagens informativas na rede, entre outros. Em relação aos recursos, o Projeto captou, até dezembro de 2005, mais de dez milhões de reais provenientes da participação de mais de mil contribuintes flutuantes, sendo 44 pessoas jurídicas.



Com isso, desde a sua criação em 2000, a SPH já restaurou e entregou à sociedade seis dos 12 prédios que compõem o referido conjunto arquitetônico, sendo o último deles, o Castelinho, entregue em 2006. Entre os demais prédios, dois deles estão com as captações adiantadas: a Escola de Engenharia já obteve mais de 70% dos recursos necessários para a restauração, enquanto a Faculdade de Agronomia já atingiu o patamar de 42%. Os quatro prédios restantes estão em fase de captação e também já passaram por pequenas obras de restauração.

Os 12 prédios têm sua proteção assegurada pela Lei nº 11.525, de 15 de setembro de 2000, que os declarou integrantes do patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul e dois deles, a Faculdade de Direito e o Observatório Astronômico, foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em junho de 2000, fato que demonstra sua relevância nacional.

As ações de preservação não se restringem apenas às edificações, mas também abrangem a documentação referente à história dessas construções e das intervenções já executadas, fornecendo material de pesquisa para todos os segmentos interessados na pesquisa e valorização patrimonial.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul localiza-se à Avenida Paulo Gama, 110 – Prédio da Reitoria da UFRGS, Bairro Farroupilha, cep 90.040-060, Porto Alegre/RS. Telefone: (51) 3316.3018
Página na internet: www.predioshistoricos.ufrgs.br
Endereço eletrônico: predios.historicos@ufrgs.br



CATEGORIA DIVULGAÇÃO

Ações, projetos ou programas que tenham o objetivo de divulgar e difundir o patrimônio cultural.

Projeto Terra Paulista: Histórias, Arte, Costumes, ação desenvolvida pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária/Cenpec, apresentada pela 9ª Superintendência Regional do Iphan, com sede na cidade de São Paulo/SP.

O Cenpec é uma organização não-governamental que conta com uma experiência de quase duas décadas de ações em prol da educação no estado de São Paulo. Com um trabalho que busca unir a informação de qualidade com uma abordagem crítica dos temas estudados, o Cenpec demonstra a qualidade de sua ação no Projeto Terra Paulista, onde um conjunto de diferentes mídias e experiências, em parceria com a iniciativa privada e o poder público, procura dar uma visão ao mesmo tempo ampla e renovada da cultura paulista, suas raízes e a importância de seu patrimônio cultural para os novos tempos, de tão rápidas transformações e de fortes pressões sobre as tradições culturais e populares que parecem, por vezes, sumir diante da avassaladora dinâmica modernizadora do estado mais rico do país, e lugar da maior metrópole da América do Sul.

O que o projeto Terra Paulista busca divulgar é o resultado de suas pesquisas a respeito da história e as origens culturais do estado de São Paulo, com destaque para suas matrizes multiétnicas e plurais. Com uma especial preocupação com o legado das artes, das tradições e da construção do cotidiano das pessoas ao longo da história do estado, o projeto Terra Paulista constitui-se num meio abrangente e eficaz de fazer conhecer todo esse arcabouço de conhecimentos produzidos ao longo dos anos de experiência do Cenpec, e que contribui para que os interessados na cultura paulista tenham a seu dispor uma farta ferramenta de reflexão sobre seus valores tradicionais, suas especificidades de costumes, sua arte, enfim, seu patrimônio

cultural visto em toda sua complexidade de temas e em sua riqueza de expressões típicas.

Elaborado por uma equipe multidisciplinar, o Projeto é construído a partir de uma divisão em três grandes linhas temáticas: o cotidiano dos habitantes de São Paulo; as manifestações artísticas e as celebrações no estado; e a formação das tradições paulistas. Por sua vez, esses três temas são abordados a partir de um recorte geográfico em três regiões: o Vale do Médio Tietê, o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista. O recorte temporal é bastante amplo: do século XVI – início da colonização portuguesa – até as primeiras décadas do século XX, período correspondente ao final do ciclo do café.

O resultado do trabalho apresenta-se em um conjunto diversificado de mídias, com distintos alcances e finalidades, de forma a dar maior visibilidade ao projeto. Primeiramente foram lançados três livros que compõem a Coleção Terras Paulistas, com textos inéditos e uma rica iconografia comentada. A coleção foi distribuída para 3000 instituições culturais sem fins lucrativos, de todo o país, com maior ênfase no estado de São Paulo. Além da coleção, foi desenvolvido um conjunto de materiais paradidáticos: a Série Terra Paulista Jovens, composta de 10 fascículos, um almanaque e três jogos de tabuleiro, distribuídos gratuitamente, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação/SP, a 890 escolas públicas de São Paulo. Também compõem o projeto uma série de 12 documentários – já exibidos na TV Futura e na TV Cultura – que se propõem a apresentar os diferentes aspectos da vida paulista, nas vozes de seus protagonistas. Por fim, a Exposição Interativa Terra Paulista foi organizada para apresentar, em diferentes meios – da cenografia à arte digital – os resultados das pesquisas realizadas. A mostra aconteceu no SESC Pompéia, de setembro a dezembro de 2005. O projeto pode ser acessado pelo portal na internet: www.terrapaulista.org.br.

O Projeto Terra Paulista é um exemplo bem sucedido de uma iniciativa que procura dar divulgação a diversas experiências e pesquisas feitas ao longo dos quase 20 anos de existência do Cenpec e que foi capaz de integrar uma série de ações em prol do patrimônio cultural paulista. Da publicação de referências culturais e científicas até à educação patrimonial, vários aspectos do patrimônio material e imaterial são abordados de maneira complementar e interligados ao cotidiano e à história de quem vive a cultura paulista.

O projeto Terra Paulista contou com o apoio da Unesco, do Instituto Votorantim, da Fundação Itaú Social, da Secretaria de Estado da Educação/SP, do Governo do Estado de São Paulo e da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

O Cenpec fica situado na Rua Dante Carraro, 6, Bairro Pinheiros, cep 05422-060, São Paulo/SP. Telefone: (11) 2132.9043 e fax: 2132.9064. Página na internet: www.cenpec.org.br. Endereço eletrônico: anacarrara@cenpec.org.br



CATEGORIA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ações, projetos ou programas integrados com setores comunitários, no campo da educação, que tenham sido voltados para a valorização da memória e do patrimônio cultural.

Educação patrimonial no Alto Paraná, Mato Grosso do Sul: socialização do conhecimento arqueológico, ação desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Aquidauana, apresentada pela 18ª Superintendência Regional do Iphan, com sede na cidade de Campo Grande/MS.

O conhecimento acerca da importância dos bens arqueológicos costuma ficar muito restrito ao meio acadêmico e, mesmo entre as populações que vivem próximas às localidades onde existem esses vestígios, é muito vago o conhecimento acerca dos testemunhos materiais da história local e mesmo universal da presença humana em tempos passados. Por vezes esse desconhecimento pode gerar práticas danosas ao patrimônio como, por exemplo, a crença de que possa haver potes de ouro em meio às cerâmicas enterradas nos sítios, o que leva à destruição ou desorganização das peças arqueológicas e pode comprometer permanentemente a reconstrução do contexto em que foram produzidas.

Foi com a intenção de melhorar a relação entre a preservação e valorização do patrimônio arqueológico e as populações locais, que os professores Emília Mariko Kashimoto e Gilson Rodolfo Martins, do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, elaboraram e implementaram ação de educação patrimonial no Alto Paraná calcada, sobretudo, na idéia de socialização do conhecimento produzido por suas próprias pesquisas nos sítios arqueológicos da região.

A ocupação humana na região do atual estado do Mato Grosso do Sul e, mais especificamente, nas margens do Alto Paraná, recua mais de seis mil anos. Para se ter idéia, à época do descobrimento, em 1500, os nativos da região contavam-se às centenas de milhares, divididos em dezenas de distintos povos, com experiências culturais também variadas. Hoje, o número de indígenas na região gira em torno de 55 mil pessoas, divididas em sete diferentes nações. Ainda assim, muito da história do desenvolvimento desses povos – de tradição ágrafa – está escrita justamente na forma de vestígios materiais arqueológicos enterrados no território do estado, mesmo nas regiões onde por décadas não se convive mais com populações indígenas. Por outro lado, a história da chegada dos elementos colonizadores, o cotidiano dos pioneiros, os conflitos com as nações nativas, todos estão também registrados de forma rica nos vestígios encrustados no solo sul-matogrossense.

Tendo diagnosticado a distância existente entre a real percepção acerca da importância desse patrimônio, e seu entendimento por parte das populações locais, o Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da UFMS, sentiu a necessidade de envolver essas populações por meio de uma cuidadosa ação de educação patri-



monial que fosse capaz de divulgar e socializar os resultados das importantes descobertas feitas pelos pesquisadores.

Com uma abordagem informal e aberta a pessoas de todas as faixas etárias, a ação educativa procurou atacar os problemas mais prementes no que tange ao desconhecimento da população em relação aos conceitos mais básicos relacionados à arqueologia. Com um criterioso levantamento preliminar das características sócio-culturais das populações – seu nível escolar, renda familiar, atividades profissionais, grau de familiaridade com os conceitos arqueológicos etc – ações melhor direcionadas puderam ser pensadas e implementadas. Exemplo disso eram as reuniões informais que podiam acontecer até mesmo nos quintais das casas dos moradores locais, associadas a trabalhos mais específicos, como as dinâmicas preparadas para a sala de aula nas escolas de nível médio fundamental da região.

Um dos resultados da experiência educacional foi a produção de materiais direcionados a diferentes fins: dois gibis impressos de forma simples em fotocópia, para distribuição às crianças, que os coloriam e posteriormente discutiam com os pesquisadores suas impressões a respeito da arqueologia; um quebra-cabeça, que atenta para a característica quase sempre fragmentária do trabalho arqueológico, mas que pode mostrar um sentido quando se reúne as peças certas nos lugares corretos; além de livro e vídeo temático, com o objetivo de divulgar a importância do trabalho arqueológico que vem sendo realizado há 12 anos na região do Alto Paraná.

As ações desenvolveram-se em três etapas distintas: Educação Patrimonial Porto Caiuá, no município de Naviraí, MS, realizada de 2002 a 2005; Divulgação do conhecimento Arqueológico Regional, com dinâmica de palestras e exposições em escolas de nível fundamental e médio, nos municípios de Três Lagoas, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Bataguassu, Anaurilândia e Bataiporã; Exposições Itinerantes da Arqueologia do Alto Paraná, para divulgação do tema, acompanhadas de apresentação de vídeo, em Três Lagoas e Campo Grande.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul situa-se na Cidade Universitária s/n, cep 79.070-900, Campo Grande/MS, Caixa Postal 549
Telefone: (67) 3345-7195 e fax: (67) 3342.5994
Endereço eletrônico: lpa@mim.ufms.br



CATEGORIA PESQUISA E INVENTÁRIO DE ACERVOS

Ações, projetos ou programas que tenham o objetivo de inventariar, pesquisar e referenciar os acervos e processos culturais.

Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Africanos e Afrodescendentes Livres e Escravos, ação desenvolvida pelo Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, apresentada pela 10ª Superintendência Regional do Iphan, com sede na cidade de Curitiba/PR.

No decorrer do século XX, a historiografia paranaense interpretou, divulgou e ensinou a história do Paraná como a de uma sociedade diferente do restante do território brasileiro, marcada pela ausência das etnias negra e indígena na sua formação, criando inclusive uma identidade própria, ressaltada pela presença maciça das etnias europeias.

“Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que sua definição humana não é brasileira”. Essa representação da sociedade paranaense, descrita pelo pensador paranaense Wilson Martins na década de 1950, consta da publicação *Um Brasil diferente: ensaios sobre fenômenos de aculturação no Paraná*, editada pelo governo do Paraná em 1989, sem alteração.

Sem negar a importância desse Paraná europeu, afinal a região recebeu levas de imigrantes do Velho Continente que ali se estabeleceram com seus valores e costumes, não se pode escamotear a presença de outros grupos populacionais e de suas contribuições para o desenvolvimento do estado. Atualmente, políticas governamentais em busca de ampliar os matizes étnicos da formação paranaense preocupam-se com a recuperação da história das populações excluídas, que inclusive já lutavam por sua dignidade e inserção social, a fim de contribuir, por meio de ações afirmativas, para a construção de um país mais justo e solidário.

O Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Africanos e Afrodescendentes, Livres e Escravos: 1853-1888 é mais uma fonte de pesquisa que objetiva ajudar no preenchimento desse espaço de diálogo referente à história e à formação étnica paranaense. Para tanto, o Arquivo Público do Paraná, após um trabalho de 10 meses de levantamento, selecionou 1.104 documentos do seu acervo histórico permanente, que versam sobre o trato governamental para com a população escrava: seu registro, seu controle, o produto do seu trabalho, seu perfil etc.

O esforço realizado pretende ainda divulgar fontes primárias públicas, especificamente da Coleção Correspondências do Governo do Paraná (1853 – 1931) e contribuir para a construção de uma identidade africana que ajudará no fortalecimento de políticas contrárias ao racismo e a favor do multiculturalismo, capazes de desconstruir estereótipos e dar visibilidade às ações e presenças dos africanos e afrodescendentes na sociedade nacional. A tiragem inicial, de dois mil exemplares, é distribuída em bibliotecas, escolas e outras repartições, mas parte dela encontra-se no próprio Arquivo Público, para consulta da população.

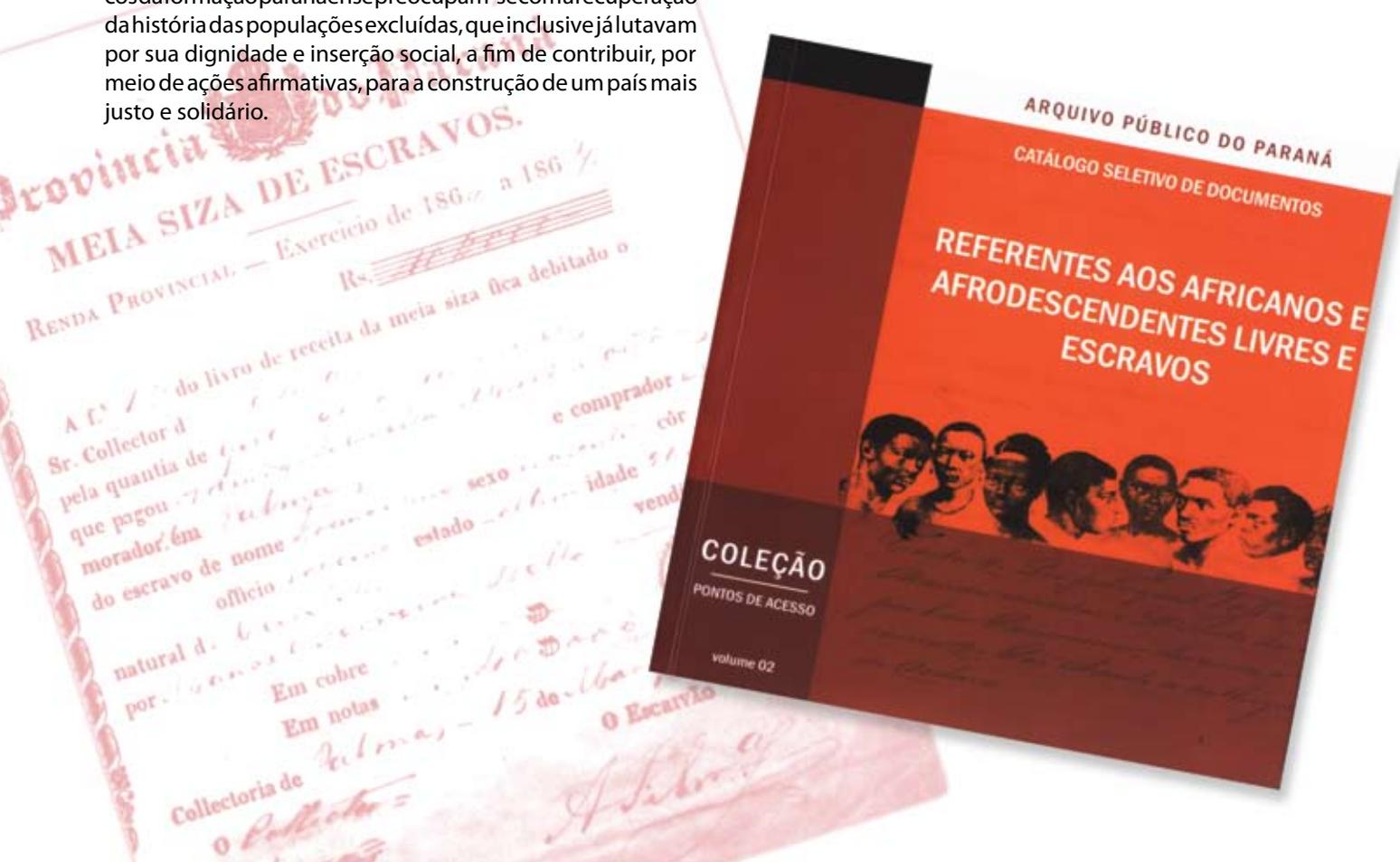
Para a publicação do Catálogo, o Arquivo Público, vinculado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, contou com o apoio das seguintes instituições: Secretarias da Cultura e de Assuntos Estratégicos, Imprensa Oficial, Associação dos Amigos do Arquivo Público e do Departamento de História da Universidade Tuiuti.

O Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná situa-se na Rua dos Funcionários, 1796, Bairro Cabral, cep 80035-050, Curitiba/PR
Telefone: (41) 3352.2299
Página na internet: www.pr.gov.br/arquivopublico
Endereço eletrônico: deap@pr.gov.br

8



Programa do Prêmio



CATEGORIA PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Ações, projetos ou programas que tenham objetivado dar suporte à preservação material ou proteção legal administrativa de acervos culturais.

Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro: preservar para garantir o acesso, ação desenvolvida pelo Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, apresentada pela 6ª Superintendência Regional do Iphan, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

A Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro foi inspirada nas resoluções da Unesco, de 2003, que alerta para os riscos de desaparecimento de parcelas do legado digital da humanidade e demonstra que tal preservação é uma preocupação vigente em todo o mundo. A partir desse alerta, o Conarq apontou para a necessidade de elaboração de um documento que atende não só as características do patrimônio arquivístico digital brasileiro, como também chamou a atenção para sua preservação, como objetivo de conscientizar e ampliar a discussão sobre o tema. A Carta, aprovada em 2004, manifesta a necessidade de se estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais, que se encontram em perigo de desaparecimento e de falta de confiabilidade. Os documentos digitais, ainda que tenham a mesma natureza dos tradicionais, apresentam características próprias que não só os singularizam, mas que exigem a tomada de cuidados diferenciados. Neles, o conteúdo não se encontra acessível diretamente à compreensão humana. Os símbolos precisam ser decodificados por software específico para se tornarem legíveis, e este processo depende de equipamentos e de um programa operacional complexo.

Para que os documentos sirvam de testemunho fiel, seu conteúdo, contexto e estrutura, intrinsecamente ligados ao suporte, têm que ser mantidos. No ambiente digital, a simples conservação do suporte não é suficiente, por isso os arquivistas têm que dedicar esforços e recursos para preservar o meio físico – fitas magnéticas, disquetes, mídias ópticas etc – e ainda assim pode não ser possível assegurar a preservação do documento. Dessa forma, é necessário

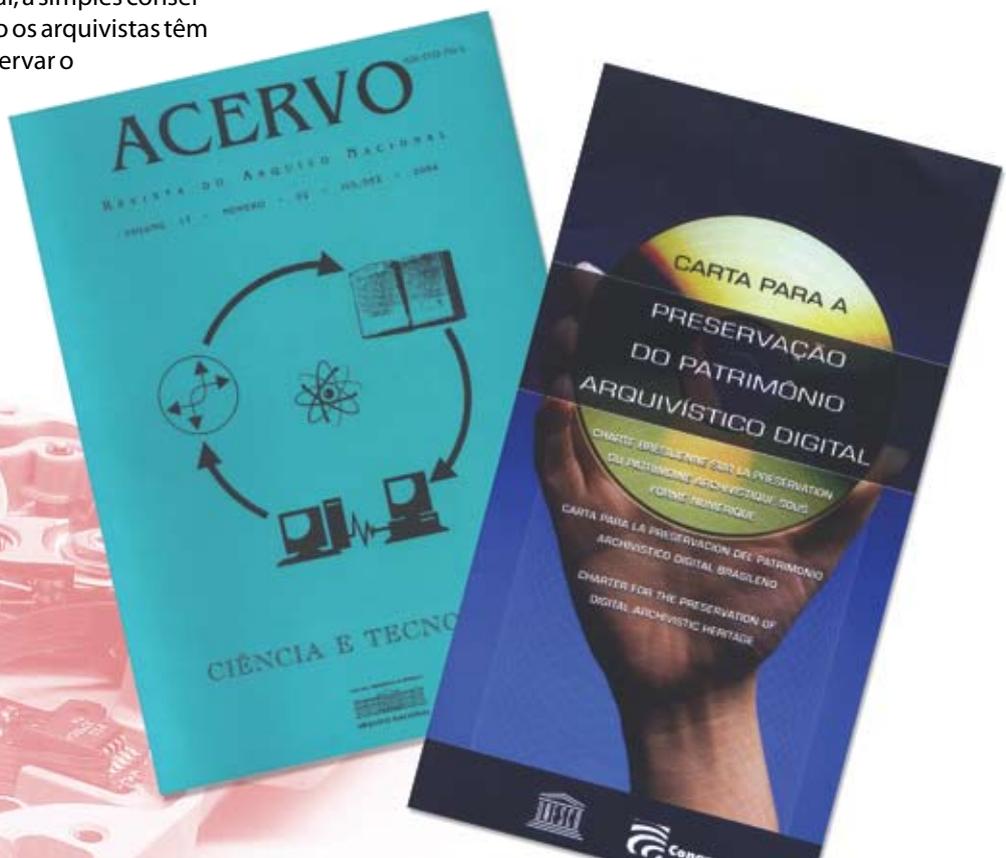


preservar a plataforma de hardware, o software e a estrutura lógica do documento para garantir acesso contínuo às informações, que correm perigo de se perder quanto maior for a velocidade com que as tecnologias se tornam ultrapassadas.

Neste sentido, as atividades de gestão, preservação e descrição dos documentos assumem uma nova dimensão e exigem procedimentos padronizados, a fim de que mantenham, ao longo do seu ciclo de vida, as suas características de autenticidade, integridade e legibilidade.

Para o Conarq, a Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital deverá servir para uma tomada de consciência sobre o problema da longevidade digital e para que as ações necessárias à preservação do patrimônio arquivístico digital e o seu acesso contínuo passem a constar de uma agenda do setor público brasileiro e da sociedade civil.

O Conselho Nacional de Arquivos fica na Praça da República, 173, Centro, cep 20211-350, Rio de Janeiro/RJ.
Telefone: (21) 3806.6173
Página na internet: www.arquivonacional.gov.br
Endereço eletrônico: conarq@arquivonacional.gov.br



CATEGORIA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E ARQUEOLÓGICO

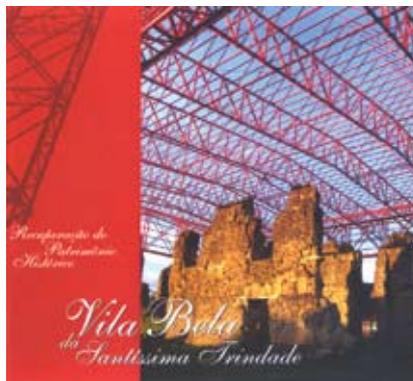
Ações, projetos ou programas de gestão e desenvolvimento cultural em áreas consideradas patrimônio natural ou em sítios arqueológicos.

Projeto Fronteira Ocidental: Arqueologia e História de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, ação desenvolvida pela empresa Zanettini Arqueologia, apresentada pela 14ª Superintendência Regional do Iphan, que atua no âmbito dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins e tem sede na cidade de Goiânia/GO.

O Projeto Fronteira Ocidental, desenvolvido há cinco anos com o apoio da Lei de Incentivo à Cultura do Governo do Estado do Mato Grosso, por meio de sua Secretaria de Cultura, realiza um vasto cadastro e o resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural do município de Vila Bela. O projeto se insere em uma estratégia maior de implantação no vale do Guaporé matogrossense de um novo pólo de turismo de conteúdo, focado nas riquezas naturais e culturais existentes na região, ainda desconhecidas pela maior parte dos brasileiros.

Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752, foi a primeira capital de Mato Grosso. Floresceu com a exploração do ouro que tanto contribuiu para a interiorização do país nos séculos XVII e XVIII. Com o fim da mineração, a partir do século XIX, o lugar foi sendo gradativamente abandonado. A cidade projetada por engenheiros portugueses passou a ser ocupada por remanescentes de quilombos que ali permaneceram por várias gerações. Dessa forma, além de ter se constituído em um importante marco no desenho da fronteira brasileira, Vila Bela preserva inúmeros elementos materiais e imateriais de uma histórica rica e multifacetada protagonizada por índios, escravos africanos e portugueses.

Na cidade e em seu entorno restam ruínas de antigas edificações coloniais identificadas por meio de pesquisa arqueológica. As ameaças provenientes do crescimento desordenado e do avanço das fronteiras agropecuárias no Oeste do Mato Grosso colocam em risco o patrimônio histórico e cultural local. Nesse sentido, o Projeto Fronteira Ocidental tem como meta reabilitar, proteger e dar maior visibilidade a essas ruínas, porém com preocupação de integrar a comunidade local para que



ela desenvolva estratégias planejadas de aproveitamento cultural e turístico de seu patrimônio histórico, fato de grande importância para a implementação do turismo responsável na região.

Desde o início do projeto em 2002 foram identificados mais de 60 sítios arqueológicos e históricos, entre os quais aldeias indígenas, os primeiros arraiais de mineração, quilombos, postos e destacamentos militares, além de vilarejos erguidos e abandonados no período colonial. Os resultados das pesquisas têm propiciado a formulação de estratégias de preservação, revitalização e visibilidade do patrimônio cultural. O projeto possibilitou também uma série de atividades educativas, no intuito de sensibilizar o público em geral, e especialmente os jovens, a zelar por seu patrimônio; gerou um acervo arqueológico agora em exposição no Museu Municipal; e resultou na produção de um jogo interativo que reconstrói virtualmente a antiga cidade de Vila Bela.

O Projeto Fronteira Ocidental se destaca no cenário arqueológico nacional por aliar pesquisa científica, difusão, educação patrimonial e preservação em todas as suas ações, o que foi reconhecido pela Sociedade de Arqueologia Brasileira que conferiu o Prêmio Alfredo Rohr 2005 ao arqueólogo Paulo Zanettini, coordenador do trabalho.

A empresa Zanettini Arqueologia S/S Ltda. situa-se à Rua Elvira Ferraz, Bairro Vila Olímpia, cep 04552-040, São Paulo/SP.
Telefone: (11) 3045.5955 e fax: (11) 3849.2557
Endereço eletrônico: arqueoz@uol.com.br



CATEGORIA SALVAGUARDA DOS BENS DE NATUREZA IMATERIAL

Ações ou programas de identificação, pesquisa, tratamento de informações, registro etnográfico ou audiovisual ou de apoio às condições sociais de continuidade e sustentabilidade de bens culturais imateriais.

Projeto de documentação da língua Puruborá: contribuição para a salvaguarda do patrimônio lingüístico, ação desenvolvida pela antropóloga Ana Vilacy Moreira Galucio, Coordenadora de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi/Ministério da Ciência e Tecnologia, apresentada pela 2ª Superintendência Regional do Iphan, com sede na cidade de Belém/PA.

O Museu Paraense Emílio Goeldi é dono de uma já notória reputação na área de etnografia e etnologia dos povos indígenas brasileiros. A ação desenvolvida pela área de lingüística do museu e coordenada pela pesquisadora Ana Vilacy Moreira Galucio está em plena consonância com um momento em que são reconhecidas as demandas em torno da salvaguarda e registro do patrimônio lingüístico do Brasil - patrimônio por vezes esquecido diante das demandas desproporcionais predominância do português como língua oficial, mas que conta com a incalculável riqueza de um acervo de pelo menos 150 línguas indígenas e um bom número de dialetos e línguas européias trazidas pelos imigrantes. A iniciativa da pesquisadora e do Museu Goeldi lança bases para futuras ações em torno da salvaguarda e registro das aproximadamente 40 línguas em risco de extinção dentro do território nacional, bem como serve de base para as discussões em torno da criação, pelo Iphan, de um novo Livro de Registro do Patrimônio Imaterial dedicado às línguas faladas no Brasil, e já em análise por um Grupo de Trabalho específico para esse fim.

O povo Puruborá foi contatado oficialmente em 1912 pelo Marechal Rondon, às margens do rio São Miguel, no atual estado de Rondônia. Em 1919 foi criado nas redondezas um posto indígena, que funcionou até meados da década de 1940 quando, assolado por epidemias e tendo sua população reduzida drasticamente, desapareceram as referências aos Puruborá, que por décadas foram considerados extintos. Foi apenas em 1989 que o pesquisador do Museu Goeldi, Denny Moore, reconheceu três falantes daquela língua, tendo na ocasião recolhido algumas poucas palavras sem, no entanto, ter tido condições de continuar as pesquisas. No ano 2000, o Conselho Indigenista Missionário conseguiu encontrar grupos dispersos de famílias Puruborá que hoje já somam mais de 300 pessoas, com os quais tem atuado desde então, inclusive apoiando as demandas de demarcação de suas terras, espoliadas em 1949 e hoje não mais reconhecidas oficialmente.

Atualmente apenas quatro pessoas se recordam da língua Puruborá, sendo que todas já têm mais de 65 anos de idade, e já não a utilizam a mais de cinco décadas, nenhuma delas sendo, portanto, fluente na linguagem. Reconhecida como patrimônio cultural e um importante instrumento na reestruturação da identidade étnica de seu povo, a língua Puruborá – única de seu tipo no tronco Tupi - vive atualmente, com a ajuda da ação de documentação e registro empreendida por Ana Vilacy junto aos quatro últimos falantes, um momento único de resgate e revalorização. Os encontros promovidos pela pesquisadora entre os dois mais antigos falantes da língua trouxeram resultados gratificantes, com a conjugação de memórias que puderam ir além das simples catalogação de vocabulário, chegando inclusive a produzir frases completas na antiga língua e deixando mais claros aspectos importantes de sua estrutura. Além disso, o esforço de documentação da língua deu ensejo a um detalhado levantamento etnográfico e histórico do povo Puruborá que envolve a comunidade e dá subsídios a uma renovada percepção por parte dos próprios indígenas de sua importância e singularidade no contexto nacional. Pela primeira vez organizou-se uma assembléia do povo Puruborá, que foi documentada e transformada em DVD e passou a integrar um arquivo permanente distribuído à comunidade, além de remetido ao Museu Goeldi em Belém/PA para pesquisa científica, juntamente com os outros materiais produzidos pela pesquisa: um DVD documentário compacto; um DVD com relatos culturais do povo Puruborá e um CD de áudio com amostra das etapas de documentação da língua Puruborá.

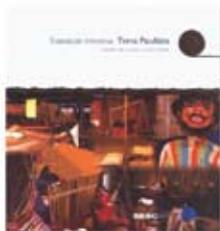
O projeto de documentação da língua Puruborá tem importantes méritos no sentido de criar um precedente no que concerne à salvaguarda do patrimônio lingüístico, com uma metodologia criativa e eficaz no trato de línguas em risco de desaparecimento e já não mais utilizadas na vida cotidiana. Além disso, o projeto demonstra a importância sócio-cultural e política de ações em prol do patrimônio imaterial de uma comunidade, e seus efeitos positivos na percepção e na revalorização de sua identidade no mundo globalizado. Iniciativas desse tipo não apenas trazem uma importante contribuição para os estudos científicos relacionados à lingüística, à etnologia e à história, mas também ajudam a valorizar a diversidade e o orgulho de uma comunidade que, por longos anos, foi esquecida e espoliada em seus direitos culturais e políticos.

Ana Vilacy Moreira Galucio é Coordenadora de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi, situado na Avenida Magalhães Barata, 376, Bairro de Nazaré, cep 66.040-170, Belém/PA. Telefones: (91) 3274.4004, 3217.6032 e fax: (91) 3274.0857. Página na internet: www.museu-goeldi.br
Endereço eletrônico: avilacy@museu-goeldi.br





A PALAVRA DOS PREMIADOS



Christoph Bernasiuk, Secretário de Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

“Para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Patrimônio Histórico/SPH, receber o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2006, na categoria Apoio Institucional e/ou Financeiro, representa o reconhecimento pelo trabalho realizado, bem como um estímulo à continuidade deste Projeto, que tem se fortalecido perante a sociedade gaúcha, colhendo incontestáveis vitórias. Os estudos, pesquisas, projetos e obras que constituem o Projeto de Resgate do Patrimônio Histórico foram executados por equipes interdisciplinares, compostas por funcionários, especialistas e estudantes, transformando a SPH em um Laboratório de Pesquisa e Educação Patrimonial.

É importante ressaltar que desde o ano de 2000 até agosto de 2006 a Secretaria tem auxiliado, aproximadamente, 479 estudantes de diversas instituições de ensino, disponibilizando seu acervo documental e iconográfico, com a finalidade de enriquecer seus trabalhos de pesquisa, além de propiciar bolsa estágio curricular para 68 estudantes de arquitetura, engenharia, publicidade e agronomia, até o presente momento.

Deste modo, entendemos que essas ações constituem uma forma de retorno e agradecimento à comunidade riograndense, que contribui com o Projeto com recursos financeiros. Esta, que além de ver os resultados da campanha, tem a satisfação de assistir a valorização e a confiança depositada no trabalho que a equipe da SPH vem realizando. Salientamos, assim, a nossa visão ambiciosa de tornar o nosso trabalho, também, um programa de referência no Sul do país, criando a credibilidade necessária para o desenvolvimento de programas em outras áreas da cultura.”



Maria Alice Setúbal, Diretora presidente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec/SP

“Receber o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade de uma instituição como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional significa o reconhecimento da importância do trabalho de registro e divulgação da história e da cultura do Estado de São Paulo. Esse prêmio nos estimula a dar continuidade ao Projeto Terra Paulista e a outras iniciativas de difusão da cultura brasileira em toda a sua diversidade.”



Emília Mariko Kashimoto e Gilson Rodolfo Martins, do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

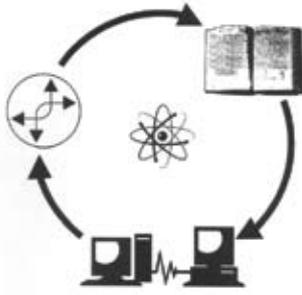
“O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade constituiu-se em um relevante incentivo para a socialização do conhecimento arqueológico em Mato Grosso do Sul. As atividades de educação patrimonial no Alto Paraná subsidiaram uma maior interação entre os pesquisadores e as comunidades ribeirinhas locais. Assim, a circulação e a troca de informações científicas e empíricas sobre múltiplas experiências culturais pré-coloniais de povoamento e vivência nessa paisagem, tanto como sobre as práticas e os saberes vividos hoje, estimulam o diálogo em prol da preservação dos sítios arqueológicos enquanto símbolos do poliedro cultural que caracteriza a sociedade brasileira”.



Daysi Lúcia Ramos de Andrade, Diretora do Arquivo Público do Paraná

“O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, 19ª edição, concedido ao Arquivo Público do Paraná, na categoria Pesquisa e Inventário de Acervos, sob os auspícios do Iphan, nos alegra muitíssimo e sem dúvida coroa o esforço de dar visibilidade à instituição com a prestação de serviços a um público cada vez mais amplo e diversificado, por meio da divulgação do acervo histórico por ela custodiado, mediante a elaboração de produtos que tenham convergência com outras ações públicas do Poder Executivo Estadual paranaense, solidificando as funções do APPR como integrante estratégico do ente público. A concepção, a elaboração e a publicação do Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Africanos e Afrodescendentes, Livres e Escravos: 1853-1888 visou a contribuir para a prática do pesquisador na construção da identidade africana no território paranaense – por vezes obscurecida em favor da presença maciça das etnias europeias – por meio de trabalhos assentados em fontes primárias, somente possível e consistente a partir dos acervos arquivísticos organizados e disponíveis.”





Jaime Antunes, Presidente do Conselho Nacional de Arquivos e Diretor-Geral do Arquivo Nacional

“O Conselho Nacional de Arquivos/Conarq, órgão colegiado definidor da política nacional de arquivos de nosso país, orgulha-se da Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro ter sido contemplada com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2006, promovido pelo Iphan, na categoria Preservação de Bens Móveis e Imóveis.

A Carta, em consonância com o apelo para a proteção do patrimônio digital mundial lançado pela Unesco em 2003, foi elaborada pelos especialistas, de diversas instituições brasileiras, integrantes da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conarq. A Carta dá diretrizes para o estabelecimento de políticas, procedimentos, sistemas, normas e práticas que permitam criar e manter documentos arquivísticos digitais fidedignos, autênticos, preserváveis e acessíveis para atender às demandas do Estado e do cidadão ao longo do tempo.”



Paulo Zanettini, Coordenador do Projeto Fronteira Ocidental/MT e diretor da empresa Zanettini Arqueologia/SP

“A conquista do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2006 com o Projeto Fronteira Ocidental - Arqueologia e História - Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, se reveste num marco de extrema importância para a Zanettini Arqueologia, abrindo um novo capítulo de sua história. Esta distinção conferida pelo Iphan reflete o reconhecimento ao nosso trabalho no campo da gestão de recursos arqueológicos, por parte de diversos setores da sociedade comprometidos com a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. Isto é muito bom. Muito bom mesmo!!! Por outro lado, amplia ainda mais nossas responsabilidades para com a gente do vale do Guaporé e de outras regiões do Brasil onde atuamos.

Tal conquista tornou-se possível graças à plena confiança depositada em nosso trabalho pelo Governo do Estado do Mato Grosso e sua Secretaria de Cultura, bem como ao apoio e atenção dispensados pela comunidade de Vila Bela a quem dedicamos este Prêmio. Cientes de que o Projeto Fronteira está ainda em sua fase inicial e de que há uma longa jornada, é hora de comemorar com a Arqueologia brasileira.”



Ana Vilacy Galucio, Coordenadora de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi

“É com imensa alegria e honra que recebemos o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, que é, sem dúvida, um dos maiores instrumentos de incentivo e reconhecimento das ações voltadas à preservação do patrimônio cultural nacional. Os Puruborá receberam a notícia com bastante entusiasmo, pois essa premiação é um estímulo ao esforço que eles têm feito no difícil trabalho de reunificação do grupo indígena, do reconhecimento oficial e da luta pela terra e valorização de sua cultura tradicional. Pessoalmente, termos recebido o Prêmio representa o reconhecimento ao trabalho cuidadoso que temos realizado na Área de Linguística do Museu Paraense Emílio Goeldi, voltado à documentação e estudo das línguas indígenas brasileiras. Esse reconhecimento é também um incentivo para que continuemos a desenvolver projetos de natureza e valorizar o patrimônio lingüístico-cultural brasileiro.

O conhecimento e a manutenção das línguas indígenas é importante sob várias perspectivas, pois constituem o conjunto do patrimônio imaterial dos povos que as falam, ao mesmo tempo em que se configuram em parte integrante do conjunto do patrimônio imaterial brasileiro e humano como um todo. Nesse sentido, o projeto de Documentação da Língua Puruborá foi criado com o objetivo de realizar a documentação científica mais completa possível e o estudo da língua Puruborá, contribuindo para a salvaguarda e valorização desse patrimônio imaterial ameaçado. Os dois principais falantes de Puruborá têm relatado que o estímulo do projeto de documentação os tem ajudado a recuperar a memória sobre a língua e que estão muito interessados em gravar e documentar o que for possível, para seus descendentes. Para os Puruborá, o presente projeto representa a oportunidade única de resgatar e salvaguardar o que puder ser documentado de sua herança lingüística.

O desenvolvimento deste projeto mostrou que é possível realizações bem sucedidas de documentação de línguas ameaçadas e salvaguarda do patrimônio lingüístico e cultural, mesmo aquelas línguas em situações extremamente frágeis, como é o caso do Puruborá. O projeto de documentação da língua Puruborá, assim como outros projetos desenvolvidos na Área de Linguística do Museu Emílio Goeldi, servirá de modelo de metodologias e alternativas viáveis para a documentação e possíveis ações de revitalização de línguas ameaçadas. A documentação e os estudos lingüísticos podem ajudar no processo de reversão da perda lingüística, como pudemos constatar no caso da língua Puruborá, onde as metodologias estabelecidas pelo projeto têm ajudado os falantes remanescentes a recuperar pouco a pouco a memória da língua e, com isso, aumentar o material lingüístico disponível. Iniciamos também, o processo de aprendizagem e alfabetização das palavras Puruborá pelos descendentes mais jovens. Os resultados do projeto de documentação evidenciam a importância desse tipo de trabalho do ponto de vista sócio-cultural, científico e humano.”





A COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO

Ana Luiza Membrive Martins, Subchefe da Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais do Ministério das Relações Exteriores

“Mais uma vez, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade demonstra sua atualidade e continua renovação. A diversidade e o alto nível dos trabalhos analisados atestam que a consciência da importância da preservação e a promoção das diversas vertentes do patrimônio brasileiro estão em sintonia com uma noção de patrimônio cada vez mais ampla e incluyente.

Como testemunho dessa consciência crescente é gratificante perceber que entre as soluções apresentadas muitas foram desenvolvidas e implementadas pelas próprias comunidades envolvidas, em contraste à visão estritamente acadêmica ou institucional da ação de preservar. É um privilégio verificar, na prática, essa nova realidade da preservação patrimonial, que envolve não somente a técnica e o conhecimento, mas também a criatividade e a emoção”.

Ana Maria Costa, Coordenadora de Saúde da Diretoria de Assistência ao Índio, da Fundação Nacional do Índio

“Foi com muita satisfação que participei de novo como jurada do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. A proteção do patrimônio cultural brasileiro deveria constar nas pautas governamentais como prioritária na área da Cultura. Apreciei muito a qualidade dos trabalhos e a diversidade de assuntos, bem como as diferentes iniciativas, algumas com recursos das próprias comunidades, outras da política cultural de Estados, Municípios, instituições de ensino e pesquisa, e pessoas físicas. A expressão dessa diversidade, isto é, dos meios e das manifestações culturais, tornou a reunião de julgamento das ações um momento rico e emocionante, pela certeza de que há muitos que trabalham pelo fortalecimento da promoção e da preservação do patrimônio cultural brasileiro”.

Andrey Rosenthal Schlee, Chefe do Departamento de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo e Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

“Participar da Comissão Nacional de Avaliação do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade é, e sempre será, um grande orgulho e uma rara oportunidade de aprendizado. Por um lado homenageamos Rodrigo e todos aqueles que desde 1937 vêm lutando pela preservação da memória nacional; por outro, podemos avaliar – com olhos de quem quer dar valor – as mais variadas ações de preservação e divulgação do patrimônio cultural material e imaterial brasileiro. A todo o 11 trabalhos foram previamente selecionados pelas Comissões Regionais. O Brasil esteve representado com todas as suas nuances e distorções. Tivemos ações encaminhadas por comunidades organizadas e ações levadas a cabo por um único cidadão. Projetos apoiados por grandes empresas nacionais e projetos financiados por associações comunitárias locais. Valorizamos obras de grande

erudição e obras de cunho fortemente vernacular. O Brasil esteve aqui! Um Brasil distinto, criativo e democrático em suas formas de produção cultural. Um Brasil que deve continuar distinto, criativo e democrático em suas práticas de preservação cultural”.

Aroldo Braga, Assessor da Comissão Episcopal para a Cultura, Educação e Comunicação Social, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB

“A avaliação das ações concorrentes ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade é uma oportunidade confortante que nos faz ver quanto há de esforço na preservação da memória e das raízes da cultura brasileira. Os agentes anônimos da preservação da cultura, presentes nas mais distantes comunidades, assim como os educadores e técnicos empenhados nas ações de preservação, devem conhecer o significado do lphane deste Prêmio para se sentirem parte de um movimento nacional em favor do Patrimônio Cultural.”

Carlos Alberto Xavier, Assessor Especial do Ministro da Educação

“Natureza: o frágil patrimônio da humanidade. Não há mais dúvidas sobre o crescentado de equilíbrio da natureza, tão evidente nos últimos tempos; entre os poucos elementos do planeta vivo que podem atuar para controlar ou evitar os perigos que ameaçam o sistema global está a própria humanidade. Não podemos mais confiar na toda poderosa Mãe Natureza para reparar nossos erros.

O Brasil nasceu e se desenvolveu dentro de uma visão utilitarista da natureza, a começar pelo nome herdado de seu primeiro ciclo econômico predatório. Por isso, especialmente no Brasil é importantíssimo o reconhecimento de exemplos, valores e práticas que resguardem o patrimônio cultural.

A cada ano o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade reconhece alguns desses exemplos, sejam nas tarefas de identificação, registro, restauro, conservação, sejam nas atividades de educação e divulgação do patrimônio cultural do Brasil. Esse acervo de boas práticas contribui, certamente, para que a responsabilidade pela conservação do patrimônio seja cada vez mais entendida não apenas como uma missão do Estado, mas de todos os usufrutuários da herança que recebemos e que devemos legar aos que virão depois de nós”.

Helena Dodd Ferrez, Coordenadora de Documentação e Informação da Fundação Nacional de Arte

“Não é comum, na vida profissional, ter-se o privilégio de participar da Comissão Nacional de Avaliação do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. O Brasil é país repleto de bens culturais, nem sempre cuidados como merecem por tudo o que significam. Para grande alegria de nosso povo há pessoas que





despontam em seus esforços, com o fim de manter para usufruto de todos o que é de todos. Eis aí um sentido maravilhoso desse prêmio e uma razão para envaidecer positivamente os que dele participam de alguma forma, promovendo-o, escolhendo os que o merecem ou o entregando. Felizmente, na qualidade de representante da Funarte, pude ser um dos que participaram da escolha”.

Jurema de Sousa Machado, Coordenadora de Cultura do Escritório da Unesco no Brasil.

“Embora este seja um fenômeno que vem se delineando há vários anos, a análise das candidaturas de 2006 deixou patente o quanto o tema do Patrimônio se enriqueceu, ampliou horizontes e adentrou novos segmentos. A solidez do Prêmio e a liderança do Iphan no campo do pensamento sobre preservação atraíram um conjunto de projetos representativos do que o país vem produzindo de melhor, num espectro que vai da antropologia e das ciências sociais à especificidade das técnicas de restauro. O desafio está posto, tanto para o Iphan quanto para o seu Prêmio, de consolidar e se beneficiar dessa construção de várias décadas”.

Liliana de Salvo Souza, jornalista e especialista em ecoturismo, técnica do Pró-Ecotur, do Ministério do Meio Ambiente

“Fazendo uma analogia com as escolas de samba, considero essa premiação como uma porta-bandeira da cultura brasileira. O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade é um selo que atesta a qualidade das ações de preservação e divulgação do patrimônio cultural realizadas no país, quer seja pela iniciativa pública ou privada. É certo que, entre as dezenas de indicações, há dificuldade na escolha dos vencedores. Contudo, se o Prêmio é, fundamentalmente, uma exaltação às infinitas possibilidades do fazer cultural, e de quem preserva, valoriza e divulga nosso patrimônio, neste sentido somos todos premiados.”

Luiz Antonio Lopes Pereira, Consultor de Turismo Social na Coordenação Geral de Segmentação do Turismo do Ministério do Turismo

“Participar do processo de seleção e classificação do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade me permitiu ver um Brasil que nem sempre está na vitrine, que poucos sabem que existe, a não ser aqueles que estão na área de visibilidade e repercussão do projeto/ação em foco. Daí a importância da distinção: fazer reverberar, repercutir, promover o resgate de trabalhos já abençoados pelo reconhecimento de que eles diretamente tocados por eles. Que esta premiação continue por muitos e muitos anos distinguindo e mostrando para o Brasil a própria cara, e, ao menos alguma vez, pelo seu melhor ângulo”.

Maria do Rosário Almeida, Assessora Técnica da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados

“Preservar o patrimônio cultural é uma maneira de construir o

presente, de valorizar as nossas formas de expressão, de criar e de fazer, nossos costumes, riqueza arquitetônicas, arqueológicas e tecnológicas, e de estabelecer um elo entre o presente e o passado.

O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade é um reconhecimento das ações de preservação cultural desenvolvidas por aqueles que têm consciência da importância do patrimônio material e imaterial brasileiro, para garantir que as gerações futuras possam usufruir dele”.

Napoleão Alvarenga Filho, da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura

“A denominação do Prêmio constitui homenagem e reconhecimento ao valoroso trabalho realizado por seu patrono, 30 anos dirigente da instituição, que compreendeu o estabelecimento de legislação específica, conscientização para a importância da preservação e tombamento de monumentos, a realização de inventários, estudos, pesquisas, conservação e restauração, constituição de arquivos documentais, acervos fotográficos, bibliográficos, criação de museus, entre outras ações.”

Renato Nunes Balbim, Coordenador do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades

“Premiar iniciativas de preservação do patrimônio cultural brasileiro significa não apenas reconhecer a qualidade de trabalhos que garantam o entendimento, reconhecimento e permanência de valores culturais, históricos e simbólicos fundamentais para o conhecimento da sociedade nacional, como também significa um forte estímulo para que novas iniciativas surjam, reforcem a importância da preservação e contribuam com a imaginação e criatividade do nosso povo.

Participar da Comissão Nacional de Avaliação do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade foi, além de uma enorme satisfação, um momento de aprendizado proporcionado pelos demais integrantes dessa douta comissão e, sobretudo, pela oportunidade de conhecer trabalhos e iniciativas de grande qualidade e enorme relevância.

Esta qualidade e a diversidade dos projetos apresentados, que cobrem as mais diversas áreas do conhecimento, colocam ao Prêmio e ao Iphan o importante e nobre desafio de contribuir para o reforço das iniciativas de preservação que, com inovação, muita disposição e coragem encaram um outro desafio, este de todos nós, de preservar a formação da sociedade e da cultura brasileiras”.

**Sandra Beatriz Morais da Silveira
Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica da Fundação Cultural Palmares**

“Que responsabilidade é julgar, para não ser injusta é importante colocar-se no lugar do outro. Que alegria é conhecer trabalhos de preservação do patrimônio brasileiro, desenvolvi-



dos com respeito à diversidade cultural. Que aprendizado é ter compartilhado dessa experiência com todos vocês.”

Oscar Gonçalves, Coordenador Geral de Pesquisa e Edição da Fundação Biblioteca Nacional

“Fiquei muito honrado em participar como jurado do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2006, instrumento de estímulo e valorização às ações de preservação do patrimônio cultural do país.”

Roberto Muniz Barretto de Carvalho, Chefe do Serviço de Documentação e Acervo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq

“Participar, mais uma vez, como jurado do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade foi um enorme prazer e uma grande

honra. Honra por poder fazer parte de uma atividade de grande significado para a preservação da cultura nacional e prazer por rever colegas jurados e o pessoal do Iphan, por aprender mais um pouco sobre a diversidade e multiplicidade das ações que são realizadas cotidianamente em nosso país, em defesa da cultura e do patrimônio nacional; e por poder verificar o crescimento e a importância dessa premiação.

Nas edições do prêmio em que participei como jurado pude verificar o crescimento do número de ações concorrentes, bem como sua qualidade, o que revela o maior envolvimento da população na preservação de seu patrimônio cultural e histórico. Ao analisar e julgar as ações encontramos desde o professor de uma escola pública de uma cidade do interior do Brasil a grandes empresas e agentes públicos, que buscam soluções criativas, realizam trabalhos de pesquisa rigorosos e de mérito, mobilizam comunidades e encontram soluções para que nosso rico patrimônio cultural e histórico não apenas seja preservado, mas continue cada vez mais vivo e significativo”.





MÚSICA POPULAR

ELBA RAMALHO

Eletrizante! Esta é a palavra que vem à mente quando se vê Elba Ramalho no palco. Aveselvagem, gargantadeaço, Elba se transfigura, como um caleidoscópio de voz, vibração e gestos incendiários. Sempre foi assim com esta filha do Nordeste brasileiro, nascida no alto sertão da Paraíba, sob o signo de Leão. Elba teve a sorte de ter um pai músico, que a despertou cedo para a mais catalisadora das formas de comunicação, a música. Cresceu no Nordeste e teve como cartilha os mais diversos ritmos da ensolarada região: maracatu, xote, frevo, baião, pastoril, caboclinhos e forrós. Gêneros musicais que preservam a pureza de uma cultura eminentemente popular.

Ainda que cantasse desde criança, Elba iniciou sua carreira profissional tocando bateria no conjunto As Brásas, formado somente por mulheres. Isso foi em 1968, ano em que também cursava as faculdades de Economia e Sociologia. Foram cinco anos de estudos, mas o diploma não veio. O conjunto musical se transformou em grupo teatral, mas Elba continuava a cantar e participar de diversos festivais pelo Nordeste.



Em 1974 trocou a Paraíba pelo sul do país e chegou ao Rio com o Quinteto Violado. Elba se estabeleceu na cidade como atriz de teatro, mas sempre em música onde pudesse explorar sua musicalidade. Em 1978 participou da montagem da peça A Ópera do Malandro, de Chico Buarque, cuja interpretação lhe valeu prêmios e o primeiro contrato como cantora com a gravadora CBS. No ano seguinte lançou o primeiro disco, Ave de Prata.

Rapidamente Elba despontou no meio musical e passou a integrar com justiça o primeiro time da música popular brasileira. Popular brasileira, esta é chave da trajetória de Elba. Os discos se seguiam a cada ano, juntamente com shows que cada vez mais marcavam a sua presença única no palco. “É no palco cantando que eu me sinto mais viva”, afirma Elba.

Seus espetáculos abrangem todos os públicos: em feiras agropecuárias, festivais de jazz, festas juninas, carnavais, festivais de rock, convenções e todo o tipo de eventos. Elba justifica a imensa abrangência do seu público pela abrangência do seu trabalho. Não existe nada de standard em Elba. Os ritmos, as fusões, as influências e tudo o mais que signifique música está em seus shows, no Olympiá de Paris, no Blue Note de Nova York, na Brixton Academy de Londres e em dezenas de lugares por todo o mundo. Para ela, o Brasil está repleto de outros países. E nesta tentativa de captar um pouco de cada lugar, reside a maior característica de sua popularidade. Ela incorpora o Brasil, seja aqui ou em qualquer parte do mundo.

Em 1996 lançou o bem sucedido LP Leão do Norte. O espetáculo homônimo foi sucesso em todo o Brasil e arrematou o prêmio de Melhor Show do Ano da Associação de Críticos de Arte de São Paulo. Nesse mesmo ano excursionou com o show O Grande Encontro, juntamente com Alceu Valença, Zé Ramalho e Geraldo Azevedo, cuja gravação do LP vendeu mais de 500 mil cópias. Em 1999 Elba lançou o LP comemorativo Vinte anos de carreira. Às vésperas do novo milênio, Elba preparou um álbum duplo, chamado Solar. O CD ao vivo foi gravado durante os festejos juninos na Concha Acústica do Teatro Castro Alves, em Salvador. Já no disco de estúdio, Elba recriou sua obra com arranjos de Wagner Tiso e Jaques Morelenbaum, entre outros, e as participações especiais de Chico Buarque, Zé Ramalho, Lenine, Nana Caymmi, Geraldo Azevedo, Margareth Menezes, Dominguinho e Alceu Valença. Um registro histórico para a popular brasileira.

Em seguida ao lançamento do CD no Brasil, Elba seguiu em turnê para a Europa e participou de diversos festivais – Portugal, Itália, Alemanha, Suíça, França etc – contagiando todo o público com a sua música e energia. O CD Cirandeira, o mais novo lançamento da paraibana, é voltado para todos os tipos de público e está repleto de forrós, xotes e baiões, ritmos nordestinos que finalmente quebraram as barreiras do preconceito e invadiram o sul do Brasil.

Este texto foi extraído e adaptado da página da artista na internet: www.elbaramalho.com.br



QUINTETO VIOLADO

Em 1971 surgiu em Pernambuco um grupo musical que traçava um novo caminho para a Música Popular Brasileira. Diante da indecisão no cenário da música nacional, após a irrupção do movimento tropicalista, o Quinteto Violado apresentava uma proposta fundamentada nos elementos musicais da cultura regional, por meio de trabalhos de pesquisa e da própria vivência de cada um dos seus integrantes, originários da região Nordeste do Brasil.

Conseguindo extrair das mais simples manifestações populares a sua essência rítmica e melódica, o grupo criou uma nova concepção musical, cujo traço fundamental é a interação entre o erudito e o popular, sem desfiguração, reafirmando a idéia de que toda arte é sempre a universalização do popular. Com excepcional criatividade e talento, o Quinteto Violado, em seu disco de estréia em 1972, talvez nem sequer imaginasse que, muito mais que uma nova roupagem orquestradora, estava produzindo a semente de uma mudança no modo de sentir e expressar a música brasileira.

Já são mais de três décadas de trabalho, onde se intercalam pesquisas, espetáculos, discos, festivais e excursões internacionais. A saga do Quinteto Violado percorrendo o Brasil inspirado numa filosofia mambembe, desde o sul, com toda a sua influência nativista, até a Amazônia, onde os ritmos e sons da natureza falam mais alto, está hoje registrada em livro, vídeo e mais de três dezenas de discos lançados no Brasil e no exterior. Além da memória, fixada em mais de um milhão de quilômetros percorridos em estradas brasileiras, onde conquistou e despertou o interesse das mais variadas platéias, que representam a motivação maior para sua caminhada. Hoje, há um amadurecimento cultural e profissional do grupo, que se mantém dinâmico em seu trabalho e com a consciência crítica de que não se acomodou ou fez concessões aos modismos da indústria cultural.

Sobre a Fundação Quinteto Violado

Instituída em 1997, a Fundação Quinteto Violado reúne a experiência do grupo que lhe dá nome, com o objetivo de promover e incentivar, sob todas as formas, o desenvolvimento da cultura do Nordeste do Brasil. Propõe a valorização do homem brasileiro, por intermédio de sua expressão artística, realçando e fortalecendo a sua identidade cultural. Os objetivos da Fundação Quinteto Violado são alcançados diretamente ou por meio de convênios com instituições governamentais ou particulares, com entidades congêneres ou educacionais, com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências no país e no exterior.

Criada para ampliar os horizontes da proposta cultural do Quinteto Violado, oferece uma representatividade mais coerente com a ação desempenhada pelo grupo, atuando como um núcleo executivo de projetos culturais.

Desenvolve projetos como o Sons do São Francisco, de pesquisa e registro documental das manifestações musicais junto às comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco, no perímetro das usinas operadas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) – Paulo Afonso, Itaparica, Moxotó, Xingó e Sobradinho – com gravações em CDs, que propiciam visibilidade nacional às diversas nuances culturais da região e criam um novo canal de divulgação do dia-a-dia do Velho Chico. Outros projetos são o Cidadão da Arte e os Cantos do Semi-Árido, que registra aspectos singulares do universo cultural do campo, tais como as emoções dos cantos, das rodas e dos folguedos do Brasil. A fundação realiza ainda seminários de sensibilização cultural pelo país.

Este texto foi extraído e adaptado da página do grupo na internet: www.quintetoviado.com.br





PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA CULTURA
Gilberto Gil Moreira

PRESIDENTE DO IPHAN
Luiz Fernando de Almeida

CHEFE DE GABINETE
Aloysio Guapindaia

PROCURADORA – CHEFE FEDERAL
Tereza Beatriz da Rosa Miguel

**COORDENADORA-GERAL DE PESQUISA,
DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA**
Lia Motta

**COORDENADORA-GERAL DE PROMOÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL**
Thays Pessotto Zugliani

DIRETORA DE PATRIMÔNIO IMATERIAL
Marcia Sant'Anna

DIRETOR DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
Dalmo Vieira Filho

DIRETOR DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS
José do Nascimento Junior

DIRETORA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Maria Emília Nascimento Santos

CONSELHO CONSULTIVO
Angela Gutierrez
Arno Wehling
Breno Bello de Almeida Neves
Italo Campofiorito
José Ephem Mindlin
José Liberal de Castro
Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès
Marcos Castrioto de Azambuja
Maria Cecília Londres Fonseca
Maria José Gualda de Oliveira
Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira
Nestor Goulart Reis Filho
Paulo Affonso Leme Machado
Paulo Ormindo David de Azevedo
Roque de Barros Laraia
Sabino Machado Barroso
Sérgio Alex Kugland de Azevedo
Suzanna do Amaral Cruz Sampaio
Synésio Scofano Fernandes
Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS

Bepi Sarto Neves Cyrino
1ª Superintendência Regional (Amazonas / Roraima)

Maria Dorotéa de Lima
2ª Superintendência Regional (Pará / Amapá)

Kátia Santos Bogéa
3ª Superintendência Regional (Maranhão)

Romeu Duarte Junior
4ª Superintendência Regional (Ceará)

Frederico Faria Neves Almeida
5ª Superintendência Regional (Pernambuco)

Carlos Fernando de Souza Leão Andrade
6ª Superintendência Regional (Rio de Janeiro)

Eugênio de Ávila Lins
7ª Superintendência Regional (Bahia)

Eliane Maria Fonseca Carvalho
8ª Superintendência Regional (Sergipe / Alagoas)

Victor Hugo Mori
9ª Superintendência Regional (São Paulo)

José La Pastina Filho
10ª Superintendência Regional (Paraná)

Ulisses Munarim
11ª Superintendência Regional (Santa Catarina)

Ana Lúcia Goelzer Meira
12ª Superintendência Regional (Rio Grande do Sul)

Leonardo Barreto de Oliveira
13ª Superintendência Regional (Minas Gerais)

Salma Saddy Wares de Paiva
14ª Superintendência Regional (Goiás / Tocantins / Mato Grosso)

Alfredo Gastal
15ª Superintendência Regional (Distrito Federal)

Alberto Bertagna
16ª Superintendência Regional (Rondônia / Acre)

Lauzanne Leão Ferreira
17ª Superintendência Regional (Alagoas)

Maria Margareth Ribas Lima
18ª Superintendência Regional (Mato Grosso do Sul)

Diva Maria Freire Figueiredo
19ª Superintendência Regional (Piauí)

Eliane de Castro Machado Freire
20ª Superintendência Regional (Paraíba / Rio Grande do Norte)

Tereza Carolina Frota de Abreu
21ª Superintendência Regional (Espírito Santo)

MUSEUS E CENTROS CULTURAIS

Mônica Figueiredo Braunschweiger Xexéo
Museu Nacional de Belas Artes

Vera Lúcia Bottrel Tostes
Museu Histórico Nacional

Maria de Lourdes Parreiras Horta
Museu Imperial

Ricardo Vieirinhas de Castro
Museu da República

Turibio Santos
Museu Villa-Lobos

Vera Maria Abreu de Alencar
Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya

Rui Mourão
Museu da Inconfidência

Denise Grinspum
Museu Lasar Segall

Helio de Queiroz Boudet Fernandes
Museu de Biologia Professor Mello Leitão

Claudia Márcia Ferreira
Centro Nacional de Cultura Popular

Lauro Augusto de Cavalcanti
Paço Imperial

Robério Dias
Sítio Roberto Burle Marx

ORGANIZAÇÃO GERAL DO PRÊMIO

Graça Mendes, Lea Scatrut e Tadeu Gonçalves

EQUIPE DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PROMOÇÃO

Thays Pessotto – Coordenadora-Geral
Alcimar Nascimento, Carmem Amorim, Clara Souza, Deborah Vilarino, Eduardo Abreu, Graça Mendes, Grace Elizabeth, Henrique Martins Barros, Inara Vieira, Léa Scatrut, Luiz Henrique Borges, Lidiane Santos, Luciane Mendes, Marcio Vianna, Mariley Oliveira, Miry Elza Lima, Pedro Ivo Oliveira, Pedro Gustavo Clerot, Rosiney Arruda, Sônia Florêncio, Tadeu Gonçalves

COLABORADORES

Antonio Elesbão da Silva, Aristides Oliveira, Flávio Éder, Marco dy Carlo, Milton Queiroz, Ruy César Azeredo, técnicos e superintendentes das regionais do Iphan

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Comissões Regionais e Comissão Nacional de Avaliação do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, equipe do Teatro Nacional Claudio Santoro, Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal

EMPRESA PRODUTORA

Promodel Conection Produtora de Eventos Ltda.

REDAÇÃO E REVISÃO

Graça Mendes, Luiz Henrique Borges e Pedro Gustavo Clerot

PROJETO GRÁFICO

Capa:
Cristiane Dias – Raruti Comunicação e Design

Programação visual interna:
Pedro Ivo Oliveira

IMPRESSÃO

Diplomata Editora Impressos Gráficos Ltda.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SBN Quadra 2 Edifício Central Brasília
Cep: 70040-904 Brasília – DF
Telefones: (61) 3414.6176, 3414.6186, 3414.6199
Fax: (61) 3414.6198
<http://www.iphan.gov.br>
webmaster@iphan.gov.br



OLINDA

Capital Brasileira da Cultura

O conceito de capital cultural surgiu na Europa em 1985 por iniciativa da Ministra da Cultura da Grécia, Melina Mercouri, e foi instituído com a preocupação de preservar a identidade cultural e promover a cultura europeia naquele continente em todo o mundo. Atenas foi designada a primeira Capital Europeia da Cultura em 1986. Desde então anualmente o título é entregue a uma cidade, embora em 2004 duas tenham sido escolhidas: Lille, na França, e Gênova, na Itália. Em 2005 a eleita foi Cork, na Irlanda, e em 2006, Patras, na Grécia. Para 2007 mais uma vez foram designadas duas cidades, Luxemburgo e Sibiu, na Romênia.

Com base nessa realidade foi criada em 1997 a Organização Capital Americana da Cultura, com os seguintes objetivos: instaurar no continente americano a idéia das capitais culturais; transformar-se em um novo instrumento de integração americana; contribuir para um maior conhecimento entre os povos das Américas, respeitando a sua diversidade e destacando o seu patrimônio cultural comum; promover as cidades nomeadas e estabelecer novas vias de cooperação com a Europa. A iniciativa conta com o reconhecimento oficial da Organização dos Estados Americanos (OEA), o apoio institucional do Parlamento Latino-Americano, do Parlamento da Europa e da Rede Europeia de Capitais Culturais. Recebe também apoio técnico do Discovery Channel e Antena 3 TV Internacional, canais internacionais de televisão. Em 1º de janeiro de 2000 entrou em vigor a primeira Capital Americana da Cultura, a cidade de Mérida, no México, sucedida por Iquique, no Chile, em 2001, Maceió/AL, em 2002, Cidade do Panamá e Curitiba/PR, em 2003, Santiago do Chile, em 2004, Guadalajara, no México, em 2005, e Córdoba, na Argentina, em 2006.

A ampla diversidade de culturas dos países do continente americano incentivou a Organização a promover uma nova concepção de titularidade, a das capitais culturais nacionais. Para essa finalidade foi criada em janeiro de 2004 a Organização Capital Brasileira da Cultura (ONG CBC), com sede em São Paulo/SP. O projeto conta com o apoio do Ministério da Cultura, do Ministério do Turismo, da Unesco e de outras instituições nacionais e internacionais. É aberto à participação de todas as cidades do Brasil e tem como objetivo valorizar e divulgar a diversidade cultural do país, além de promover a inclusão social por meio da cultura, adotando-a como ferramenta de desenvolvimento social e econômico.

A cidade de Olinda, em Pernambuco, tornou-se a primeira Capital Brasileira da Cultura para 2006, após concorrer com as candidaturas apresentadas por João Pessoa/PB e Salvador/BA. O Comitê Julgador que escolheu Olinda foi constituído pelo Secretário de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura, Célio Turino; a Secretária de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo, Maria Luisa Campos Machado; o Diretor do Departamento Regional do SESC no Estado de São Paulo, Danilo Santos de Miranda; o Coordenador do Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas, Luiz Carlos Merege; a Diretora Presidente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, Maria Alice Setúbal; o Coordenador do Observatório Pernambucano de Políticas Públicas e Práticas Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco, Jan Bitoun; o Arquiteto e Urbanista, Fábio Pentead e o Diretor Executivo da Organização Capital Brasileira da Cultura, Mario Vendrell Royo.

Por ocasião da indicação de Olinda, o presidente das organizações Capital Americana da Cultura e Capital Brasileira da Cultura, Xavier

Tudela, afirmou: "Olinda Capital Brasileira da Cultura 2006 é um marco que representa a vontade do povo brasileiro em querer mostrar ao mundo a sua imensa riqueza cultural. Esse projeto representa uma nova etapa no processo de implantação do projeto das capitais culturais no mundo, que visa a valorizar a identidade cultural de cada país e utilizar a cultura como instrumento de transformação social. O Brasil foi escolhido para ser o primeiro país do continente americano a ter sua própria capital nacional da cultura pelo seu enorme potencial e diversidade cultural".

Olinda forma com a cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, uma conurbação de 260 km² e cerca de dois milhões de habitantes. Famosa por seu carnaval como os bonecos gigantes, o frevo e o forte participação popular, combina sua paisagem exuberante com um rico centro histórico, tombado pelo Iphan desde 1980 e também reconhecido pela Unesco em 1982 como patrimônio mundial, formado por casarões coloniais e igrejas centenárias. Conta-se que seu nome teria sido originado a partir da frase "Ó linda situação para se construir uma vila", dita por Duarte Coelho, fidalgo português que tomou posse da Capitania de Pernambuco, em março de 1535. Fundada em 12 de março de 1537, Olinda foi palco de lutas entre holandeses e portugueses que disputavam a sua privilegiada posição estratégica em relação ao mar.

A Prefeitura Municipal propôs a candidatura de Olinda como 1ª Capital Brasileira da Cultura uma vez que a cidade é dotada de muitas riquezas arquitetônicas, de grande beleza natural e de uma inigualável diversidade de manifestações populares. A campanha organizada para sua eleição contou com uma grande mobilização da sociedade civil, especialmente das instituições e pessoas envolvidas com a produção cultural olindense. O Homem da Meia Noite foi escolhido por aclamação popular para ser o símbolo da primeira capital cultural do Brasil. Além de ser um dos mais antigos clubes de alegorias da cidade, o boneco gigante abre oficialmente o Carnaval de Olinda, há quase 80 anos – as vinte e quatro horas do sábado de Zé Pereira.

A conquista do título gerou uma série de iniciativas para a melhoria da infra-estrutura nas áreas cultural, social, turística, ambiental e de lazer da cidade, além de contribuir para a divulgação dos produtos da sua cultura no mundo inteiro, fortalecer o turismo e estimular a auto-estima da sua população, de acordo com a atual Secretária do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo de Olinda, Márcia Souto. "Dando continuidade à política cultural implantada nos últimos dezoito meses, as prioridades de nosso trabalho estão focadas na conclusão das obras do Sítio Histórico. É o caso da requalificação do Alto da Sé – com os recursos do Prodetur – e das obras do Programa Monumenta/Iphan/Ministério da Cultura – Varadouro, Fortim, Rosário e Carmo. Além da restauração do Casarão Lundgren e Cine Olinda, com recursos do Bndes e da criação do Sistema Municipal de Cultura, com a implantação do Conselho Municipal de Políticas Culturais, do Fundo Municipal de Cultura e da reestruturação do Conselho de Preservação da Cidade", conclui a Secretária.

A cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais, será a Capital Brasileira da Cultura 2007, após concorrer com Mossoró/RN, Mariana/MG, Santa Maria/RS e Santa Cruz Cabralia/BA.

Informações obtidas nas páginas :
www.capitalbrasileiradacultura.org e www.olinda.pe.gov.br



Ministério
da Cultura